

29 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

# Júri do caso Yoki foca

## convívio familiar

Elize Matsunaga é acusada de matar e esquartejar o marido em maio de 2012

Felipe Resk  
Agência Estado

São Paulo - O primeiro dia do júri de Elize Matsunaga, acusada de matar e esquartejar o marido, foi marcado por choro da ré, bate-boca entre defesa e acusação, além de um depoimento incompleto, após uma das três testemunhas ouvidas dizer ter medo de Elize e passar mal. Ela é julgada pelo homicídio de Marcos Kitano Matsunaga, herdeiro da Yoki, em maio de 2012.

Sentada à direita dos seus advogados, ela chorou antes mesmo da entrada da primeira testemunha no plenário. Entre os dedos agitados, segurava um lenço, que foi usado para enxugar as suas lágrimas em pelo menos cinco oportunidades.

A ré chegou ao Fórum Criminal da Barra Funda na manhã desta segunda-feira (28), e vestia um terninho preto, camisa azul e sapatilhas. O cabelo loiro, mal amarrado, caía sobre o ombro direito. Nervosa, bebeu água com açúcar antes de os jurados terminarem a leitura das peças.

A babá Amonir Hercília dos Santos foi a primeira testemunha chamada, às 12h33. Ela trabalhou por cerca de dois meses no apartamento dos Matsunaga e cuidava da filha do casal aos fins de se-

mana, de 15 em 15 dias.

Para as partes, a Amonir é considerada uma testemunha importante porque esteve no triplex do casal na manhã seguinte ao crime, que aconteceu no dia 19 de maio. Segundo as investigações, ela cuidou da filha dos Matsunaga no momento em que Elize esquartejava o marido em um quarto de baixo. Aos jurados, a babá disse que, no dia, Elize não demonstrou comportamento anormal.

### SERRA ELÉTRICA

A sessão foi retomada por volta das 15h30, depois da pausa para o almoço, com a testemunha Mauriceia José Gonçalves dos Santos, a babá fixa da criança e mãe de Amonir. Foi ela quem acompanhou Elize na viagem ao Paraná, que, segundo a acusação, teria sido planejada pela ré para flagrar a traição do marido, que ficou em São Paulo.

Mauriceia confirmou que, durante a viagem, Elize trocou telefonemas com o detetive particular Willian Coelho de Oliveira, que filmou a infidelidade de Marcos. Também foi a babá que confirmou que, na volta, Elize parou em um armazém para comprar uma serra elétrica.

O depoimento foi prestado sem a presença de Elize, a pedido da testemunha. "Fiquei com medo porque ela deve

achar ruim eu ter falado da serra."

A babá passou mal durante o depoimento e precisou receber atendimento médico. Na volta dela ao plenário, houve bate-boca entre a defesa, que reclamou das interrupções do promotor, e acusação. "Gente minha não seria os outros em pedaços", disse Cosenzo. "Você precisa respeitar o direito de ampla defesa", rebateu a advogada Roselle Roglio.

A última testemunha ouvida foi o detetive Oliveira, contratado por Elize para seguir o marido na viagem dela ao Paraná. Ele filmou a traição de Marcos, flagrado em companhia de uma morena em dois restaurantes e em um flat. "Avissei tudo a ela em tempo real" disse.

O julgamento será retomado nesta terça-feira (29), às 9 horas, ainda com testemunhas de acusação. A expectativa é do depoimento de Mauro Kitano Matsunaga, irmão da vítima.

29 NOV 2016

## FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

### 'Auxílio-moradia' já nos custou R\$1 bi este ano

Os brasileiros já pagaram este ano, até agora, mais de R\$ 1 bilhão (exatos R\$1.011.126.748,24) a título de "auxílio-moradia" a promotores, procuradores, juízes, parlamentares e servidores do Itamaraty: o valor, apurado em 18 de novembro, supera os R\$ 900 milhões gastos no ano passado. Só no âmbito do Ministério da Fazenda, o "auxílio moradia" retirado dos impostos pagos pelos cidadãos consumiu R\$ 281 milhões.

### Drible no teto

O auxílio-moradia é R\$ 4,3 mil, diz a ONG Contas Aberta. E não conta como salário, burlando o teto dos vencimentos de ministro do STF.

### Aumento disfarçado

A regalia do "auxílio-moradia" também tem sido estendida a servidores estaduais e municipais, ainda que tenham casa própria.

### Também é corrupção

Para a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), também é corrupto o servidor que se beneficia de subterfúgios para extrapolar o teto do STF.

### Reação paulista

José Mendes Neto e Thiago Lima, procuradores junto ao Tribunal de Contas de SP consideram o auxílio "antirepublicano" e "patrimonialista".

29 NOV 2016

## FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

### **Moro, bem e mal**

Até agora, por questões óbvias, Sérgio Moro é olhado pelo ângulo positivo, mas começam a ser divulgadas suas derrotas, algumas como a de dois executivos da OAS, cheias de dramas, porque um dos acusados, mais tarde absolvido, chegou a ter depressão na prisão. Tal se deu no Tribunal da 4ª Região. Também foram listados os casos de denúncias que bateram na trave e não prosperaram. Prejudicados como um dos executivos liberados, que em função do ocorrido, se separou da esposa, poderá obter reparação. Nada a ver com excessos de autoridade, mas eventuais falhas da Justiça que podem e devem ser demandadas pelos prejudicados.

Muitas das decisões da primeira instância podem ser revistas tanto no Tribunal da 4ª Região como no STF ou STJ. Não custa ser paciente, pois a cruzada contra a corrupção endêmica vale a pena até por testar em profundidade o chamado duplo grau de jurisdição. A ação de Sérgio Moro no caso CC5-Banestado foi incompleta, tanto que Yousseff voltou a agir com toda a desenvoltura na Lava Jato, apesar de haver se comprometido em não mais agir como doleiro. Juristas entendem que isso o impediria de valer-se novamente de delação premiada e que tal poderia gerar nulidade de todos os atos subsequentes, o que não ocorreu.

29 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

**Justiça marca interrogatório de Lula; oposição protocola representação contra Temer**

# **Juiz marca interrogatório de Lula e Delcídio em Brasília**

**Ambos vão depor em fevereiro na ação penal em que são acusados de tentar obstruir a Lava Jato em relação ao ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró**

Breno Pires  
Agência Estado

**Brasília** - O senador casado Delcídio Amaral e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva serão interrogados, respectivamente, nos dias 15 e 17 de fevereiro, na ação penal da 10ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, na qual eles são acusados de tentarem obstruir a Lava Jato, especificamente, em relação ao ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró.

Lula, Delcídio, Diogo Ferreira Rodrigues - assessor de Delcídio -, o advogado Edson Ribeiro, o banqueiro André Esteves, o pecuarista José Carlos Bumlai e o filho dele, Maurício Bumlai, são acusados dos crimes de embaraço à investigação de organização criminosa, que prevê pena de 3 a 8 anos de prisão;

exploração de prestígio, cuja pena prevista é de 1 a 5 anos; e patrocínio infiel (quando um advogado não defende apropriadamente os interesses de um cliente - os outros réus foram considerados co-autores de Édson Ribeiro neste crime), que prevê pena de 6 meses a 3 anos.

Nessa segunda-feira (28), em audiência de testemunhas de acusação e defesa dentro do processo, Bernardo Cerveró prestou depoimento e reiterou as alegações de que sofreu pressão por parte de Delcídio e do advogado Édson Ribeiro para que o pai dele, Néstor Cerveró, não fizesse um acordo de delação premiada e, assim, preservasse os réus desta ação.

O deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP) ainda será ouvido antes dos acusados,

no dia 15 de dezembro, na condição de testemunha, arrolada pela defesa do ex-presidente Lula. Os crimes pelos quais os réus são acusados na ação penal 42543-76/2016.4.013400 são: embaraço à investigação de organização criminosa, que prevê pena de 3 a 8 anos de prisão; exploração de prestígio, cuja pena prevista é de 1 a 5 anos; e patrocínio infiel (quando advogado não defende corretamente interesses do cliente - os outros réus foram considerados co-autores de Édson Ribeiro neste crime), que prevê pena de 6 meses a 3 anos.

**CONTINUA**

**29 NOV 2016**

## **FOLHA DE LONDRINA**

### **CONTINUAÇÃO**

A denúncia foi aceita em julho pelo juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília, que transformou Lula pela primeira vez réu na Lava Jato. O caso já havia sido denunciado pelo Procurador-Geral da República (PGR), Rodrigo Janot, em dezembro do ano passado. No entanto, em decorrência da perda de foro privilegiado do ex-senador envolvido, Delcídio Amaral, e também pelo fato de o crime ter ocorrido em Brasília, a denúncia foi enviada à Justiça Federal do Distrito Federal.

29 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

# FOLHA Cidadania

## Após embate, AL aprova revogação de data-base

Foram 33 votos  
favoráveis  
e 11 contrários

Episódio que culminou  
com violenta  
repressão da PM no  
dia 29 de abril que  
deixou centenas de  
feridos no Centro  
Cívico em Curitiba

Depois de uma briga de liminares, os deputados estaduais **aprovaram** na última quinta-feira (24) emenda do Executivo à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 que suspende, por tempo indeterminado, o pagamento da data-base de mais de 300 mil servidores públicos (ativos e aposentados). De acordo com a justificativa do governador Beto Richa (PSDB), não há dinheiro em caixa para arcar com o compromisso assumido no ano passado para pôr fim à longa greve de servidores.

O reajuste salarial acordado deveria ser pago em janeiro de 2017. O governador, no entanto, garantiu que quitará as promoções e progressões atrasadas das diferentes categorias, na ordem de R\$ 1,4 bilhão. A votação mobilizou centenas de servidores que foram a Curitiba para pressionar os deputados a rejeitarem a emenda. Precavendo-se de possíveis tumultos, a direção da AL armou um forte esquema de segurança e restringiu o acesso dos servidores às galerias da Assembleia.

Nos bastidores, houve guerra de liminares: a oposição conseguiu barrar a votação por duas vezes, tanto no primeiro turno (terça-feira) quanto no segundo (quinta-feira), mas a equipe jurídica da AL e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) acionaram o Tribunal de Justiça (TJ) e conseguiram reverter as liminares. A LDO foi sancionada nesta segunda (28) pelo governador. Com isso, o governo põe fim ao acordo costurado no ano passado, em meio a uma greve histórica de professores.

29 NOV 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### OAB e AMB brigam por causa de PLs sobre abuso de autoridade e caixa dois

Não bastasse a briga entre políticos, magistrados e procuradores por causa dos projetos de lei que punem o abuso de autoridade (PLS 280/2016) e o caixa dois (PL 4.850/16), agora o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil também entrou nesse debate que envolve corporativismo, leis incompletas e operações midiáticas.

O colegiado que representa a advocacia foi acusado pela Associação dos Magistrados Brasileiros de ser conivente com a suposta anistia ao caixa dois planejada pela Câmara dos Deputados em troca da aprovação do PL que pretende impor penas aos julgadores e membros do Ministério Público que ultrapassam os limites de suas funções.

Para a AMB, a criminalização do abuso de autoridade é um ataque à classe depois das punições e investigações

promovidas contra membros da classe política. A entidade também cita como exemplos de ataques à magistratura as propostas de emendas constitucionais 55/2016, conhecida como PEC do Teto de Gastos; a 62/2016, que pretende limitar o teto salarial de julgadores a R\$ 15 mil; e a 63/2016.

Esta última busca acabar com as férias de 60 dias de magistrados e proibir o recebimento de qualquer valor pelos julgadores que esteja acima do subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Sobre a PEC do Teto, a crítica do Judiciário é que ele limita os gastos dos poderes, interferindo na independência de cada um. Em parecer, a Procuradoria-Geral da República chegou a afirmar que a iniciativa transformaria o Executivo em um superpoder.

### Supremo aprova tese sobre desonerações de impostos federais

O Plenário do Supremo Tribunal Federal fixou a tese de repercussão geral no Recurso Extraordinário 705.423, no qual se discutiu se a concessão de benefícios fiscais relativos ao Imposto de Renda e ao Imposto sobre Produtos Industrializados poderia ou não impactar no cálculo do valor devido aos municípios a título de participação na arrecadação desses tributos.

A corte entendeu que as isenções fiscais da União afetam verbas repassadas aos municípios. Assim, a tese de repercussão geral fixada ficou com o seguinte teor: "É constitucional a concessão regular de incentivos, benefícios e isenções fiscais relativos ao Imposto de Renda e ao IPI por parte da União em relação ao Fundo de Participação dos Municípios e respectivas cotas devidas às municipalidades".

29 NOV 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Justiça brasileira pode determinar partilha de verba no exterior

A Justiça brasileira é competente para processar o inventário e a partilha de dinheiro depositado em conta de instituição financeira situada em outro país em ação de divórcio. Esse foi o entendimento da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao julgar Recurso Especial interposto por uma ex-mulher requerendo a divisão de bens situados no exterior e que foram adquiridos durante o relacionamento.

De acordo com a mulher, a ação de divórcio foi ajuizada no Brasil pelo ex-cônjuge estrangeiro e

eles possuíam como bem, na época da separação, um valor de mais de US\$ 208 mil, localizado em conta nos Estados Unidos.

Em primeiro grau, foi reconhecido o direito de crédito da ex-mulher à metade dos valores. Na segunda instância, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro reformou a sentença por entender pela incompetência do juízo brasileiro em executar sentenças em relação a bens situados fora do território brasileiro, apesar de reconhecer o direito à meação.

### Publicação errada de edital não afeta prazo recursal de réu revel

A intimação de sentença para réu revel ocorre normalmente com a publicação do julgamento, mesmo que esta tenha sido errada. O entendimento foi adotado pela 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao manter acórdão do Tribunal de Justiça do Ceará (TJ-CE) que julgou intempestivo um recurso de apelação.

A decisão foi tomada em ação para ressarcimento de danos. O réu não apresentou defesa mesmo tendo sido ci-

tado, e, por isso, foi declarado revel pelo magistrado, sendo condenado a pagar mais de R\$ 2 milhões a uma instituição bancária.

O caso foi levado ao TJ-CE pelo réu, que teve seu recurso negado. O pedido foi considerado intempestivo pela corte por ter sido apresentado depois do prazo de 20 dias que é contado a partir da publicação, no Diário da Justiça, do edital que intimou o requerido da sentença.



29 NOV 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Prisão indevida na "lava jato" custa casamento, emprego e reputação

Por erro da força-tarefa da operação "lava jato" e do juiz Sergio Moro, a vida do ex-diretor da OAS Mateus Coutinho de Sá foi arruinada. Sua prisão indevida fez com que perdesse o emprego, sua mulher o abandonasse e ele fosse privado de conviver com sua filha pequena por quase seis meses, como informa o jornal Folha de S.Paulo. A recente absolvição de Coutinho de Sá pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região deixou patente a arbitrariedade de seu encarceramento.

Em julgamento de apelação concluído na quarta-feira (23/11), a 8ª Turma do TRF-4, por unanimidade, absolveu o executivo, por falta de provas. Ele tinha sido condenado a 11 anos de prisão por Moro, que alegava haver "prova robusta" do envolvimento da OAS no esquema de corrupção que funcionava na Petrobras. Mateus Coutinho de Sá foi preso preventivamente em 14 de novembro de 2014, junto com os presidentes das empreiteiras OAS, Camargo Corrêa, Iesa Óleo e Gás, UTC e Queiroz Galvão, além de outros executivos.

29 NOV 2016

## BEM PARANÁ

### Supersalários

O deputado estadual Tadeu Veneri (PT) apresentou requerimento pedindo informações ao Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas, Secretaria de Estado da Fazenda, Paraná Previdência e Tribunal de Justiça. Ele quer saber quantos são e quanto custam aos cofres do Estado os servidores públicos do Paraná, ativos e inativos, que recebem acima do teto constitucional da remuneração mensal de R\$ 33,7 mil. Hoje, Veneri vai requerer informações similares à própria Assembleia Legislativa. O teto constitucional é o valor pago aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

### Privilégio

De acordo com levantamento publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, ao menos 13,1 mil funcionários públicos federais, dos três poderes, que atuam nos Estados e municípios, tiveram ganhos mensais acima do teto constitucional de R\$ 33,7 mil em 2015. Para Veneri, no momento em que se discute o orçamento do Estado para 2017, e em que o Executivo suspende por tempo indeterminado a reposição salarial dos seus servidores, alegando falta de recursos, é necessário saber se há servidores privilegiados, recebendo acima do teto. “Enquanto alguns sequer têm direito à reposição da inflação, outros estão desrespeitando a lei e recebendo além dos seus direitos”, disse.

29 NOV 2016

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Moro veta parte de perguntas da defesa de Cunha

### Presidente Temer vai depor por escrito no processo da Lava Jato



O juiz federal Sérgio Moro decidiu ontem (28) vetar 21 das 41 perguntas feitas pela defesa do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) ao presidente Michel Temer que vai depor como testemunha no processo contra Cunha na Lava Jato. Na decisão, Moro considerou os questionamentos inapropriados por não terem relação com a ação a que Cunha responde na Justiça Federal em Curitiba.

A maioria das perguntas da defesa trata de questões que envolvem os ex-diretores da Petrobras Nestor Cerveró e Jorge Zelada. O restante das perguntas foi mantido por ter pertinência, "mesmo que um pouco remota" com as acusações.

"Considerando o teor inapropriado de parte dos quesitos, que, nos depoimentos extrajudiciais do colaborador Nestor Cerveró, apesar de sua afirmação de que teria procurado o então deputado federal Michel Temer para lograr apoio político para permanecer no cargo de diretor da Petrobras, não há qualquer referência de que a busca por tal apoio envolveu algo de ilícito", decidiu Moro. ●

## Justiça Federal bloqueia bens da Odebrecht e OAS



A Justiça Federal em Curitiba determinou o bloqueio dos bens das empreiteiras Odebrecht e OAS, empresas investigadas na Operação Lava Jato. De acordo com a decisão, as construtoras deverão depositar mensalmente em juízo a quantia de 3% do faturamento, valor referente ao percentual de propina que

teria sido cobrada em contratos da Petrobras.

O pedido de bloqueio foi solicitado pela Advocacia-Geral da União (AGU) para garantir o ressarcimento dos cofres públicos após decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou superfaturamento de R\$ 2,1 bilhões nas obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. ●

## Supersalários

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) mostram que o maior número de servidores públicos ganhando "supersalários" está nos Judiciários e nos Ministérios Públicos (MPs) estaduais. No total, a Justiça e o MP dos estados registraram 3.041 funcionários recebendo remuneração mensal média acima do teto do funcionalismo público no Brasil em 2015 – ou seja, quase um entre quatro servidores que recebiam mais que o permitido pela Constituição (R\$ 33,7 mil).

29 NOV 2016

# GAZETA DO POVO

## Moro veta mais da metade das perguntas da defesa de Cunha feitas a Temer

● O juiz Sergio Moro indeferiu 21 das 41 perguntas que a defesa do deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB) apresentou para que sejam respondidas pelo presidente Michel Temer, convocado como sua testemunha de defesa no processo da Lava Jato. Moro afirma que o teor das perguntas é inapropriado e que, além disso, a 13.ª Vara Federal de Curitiba “não tem competência para a realização, direta ou indiretamente, de investigações em relação ao Exmo. Sr. Presidente da República”.

A defesa de Cunha perguntou a Temer, por exemplo, se ele recebeu alguma vez, em sua casa, Jorge Zelada, que foi diretor da área internacional da Petrobras: “Vossa Excelência recebeu Jorge Zelada [ex-diretor da área internacional da Petrobras] alguma vez na sua residência em São Paulo, situada à Rua Bennett, 377?”. E continuou: “Quantas vezes Vossa Excelência esteve com Jorge Zelada?”; “Caso tenha recebido, quais foram os assuntos tratados?”; “Vossa Excelência encaminharam alguém para ser recebido por Jorge Zelada na Petrobras?”. Todas essas perguntas foram vetadas pelo juiz.

A defesa de Cunha fez outras perguntas constrangedoras — e também vetadas por Moro — ao presidente Temer. “Vossa Excelência conhece João Augusto Henriques?” Henriques é apontado pelo Ministério Público como um operador de propina do PMDB.

Também foi perguntado a Temer — e vetado — se “Houve alguma reunião com fornecedores da área internacional da Petrobras com vistas à doação de campanha para as eleições de 2010, juntamente com João Augusto Henriques”.

Os advogados de Cunha perguntaram ainda se José Yunes recebeu alguma contribuição de campanha para Temer ou para o PMDB e se, caso tenha recebido, foi de “forma oficial ou não declarada”. Yunes é assessor especial de Temer e é seu amigo pessoal há pelo menos 40 anos.

Em despacho, Moro afirmou que “merece censura” a defesa de Cunha em “relação à parte dos quesitos apresentados”.

## LULA E DELCÍDIO

O senador cassado Delcídio do Amaral e o ex-presidente Lula serão interrogados, respectivamente, nos dias 15 e 17 de fevereiro, na ação penal da 10ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, na qual eles são acusados de tentar obstruir a Lava Jato, especificamente, em relação ao ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró. Lula, Delcídio, Diogo Ferreira Rodrigues — assessor de Delcídio —, o advogado Edson Ribeiro, o banqueiro André Esteves, o pecuarista José Carlos Bumlai e o filho dele, Maurício Bumlai, são acusados dos crimes de embaraço à investigação, de organização criminosa, exploração de prestígio e patrocínio infiel (quando um advogado não defende apropriadamente os interesses de um cliente).

29 NOV 2016

# GAZETA DO POVO

## Parlamentares não se dão por vencido e articulam mudar pacote anticorrupção

Plenário da Câmara vota hoje o projeto das Dez Medidas. Entre as emendas está o crime de responsabilidade para juiz e promotor

**BRASÍLIA**

*Catarina Scortecchi,  
com Agência O Globo*

● A declaração conjunta dos presidentes da República, da Câmara e do Senado no domingo contra a anistia ao caixa 2 eleitoral aparentemente esvaziou as chances de aprovar um salvo-conduto a crimes que envolvam doações ilegais de campanha no passado. Mas engana-se quem pensa que os parlamentares se deram por satisfeitos e que pretendem aprovar o projeto das Dez Medidas contra a Corrupção — que agora são 12 — sem qualquer modificação, apesar da pressão popular. O relatório final aprovado na comissão especial da Câmara dos Deputados na última semana será submetido hoje ao crivo do plenário.

Parte da base do governo e até deputados da oposição prometem apresentar várias emendas ao texto do relator Onyx Lorenzoni (DEM-RS),

ressuscitando a previsão de punição por crimes de responsabilidade cometidos por magistrados e membros do Ministério Público e estabelecendo um prazo limite de um ano para a conclusão das investigações da Lava Jato contra políticos. “Estimamos que mais 20 pontos vão ser negociados em plenário. Alguns são necessários, outros querem desfigurar o projeto”, afirma o deputado federal Fernando Francischini (SD), que é signatário do projeto das medidas contra a corrupção (nº 4.850/2016).

Existem articulações também para a volta do teste de integridade para servidores públicos — derrubado por uma emenda ainda na comissão especial — e para a retirada do ponto que trata do “reportante do bem”, que prevê recompensa a pessoas que fizerem denúncias sobre corrupção. Na visão de alguns, a medida poderia fomentar o “denuncismo”, com invenção de fatos. Francischini avalia que a negociação deverá ser exaustiva.

Esses parlamentares jogam suas fichas na aprovação de uma emenda do líder do PDT, Weverton Rocha (MA), que prevê dez tipos de crimes para juízes e onze para procuradores. Pelo texto proposto

pelo PDT, o juiz está proibido de conceder entrevista sobre processo ainda a ser julgado ou fazer “juízo depreciativo” sobre despachos, votos ou sentenças. Esses pontos serão considerados crimes de responsabilidade.

“A lei é para todos. Ninguém está acima dela. Infelizmente, não é incomum ver integrantes do Ministério Público atuarem além dos limites e oferecerem denúncias desprovidas de fundamentação mínima para prosperar”, disse Rocha.

Lorenzoni afirmou estar preocupado com a votação e teme ser derrotado em alguns pontos. “O zum-zum-zum de hoje (ontem) é que pode haver uma desfiguração do relatório. Há uma tentativa de voltar a responsabilização de juízes e promotores. Uma coisa é punir crime funcional de um mau juiz ou mau promotor. Outra, é criar um instrumento de constrangimento, um cala-boca nessas categorias”, disse.

No domingo, Maia disse que emendas ao projeto serão votadas de forma nominal, de forma a identificar deputados que votaram a favor ou contra determinado ponto.

Colaborou Eriksson Denk, especial para a Gazeta do Povo

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

Laura Beal Bordin

29 NOV 2016

## ENTREVISTA

Espiridião Amin, deputado federal (PP-SC).

### **Deputado catarinense defende prazo para polícia e promotores investigarem políticos**

Uma emenda ao pacote anti-corrupção que deve ser apresentada pelo deputado Espiridião Amin (PP-SC) tem gerado polêmica em Brasília. A ideia do parlamentar é que toda investigação de crimes praticados por políticos com mandatos eletivos deve ser feita num prazo de seis meses, prorrogáveis por mais seis meses. Depois disso, a continuidade da apuração deverá ser justificada a um órgão colegiado.

#### **Qual é a principal motivação da emenda?**

Quem se beneficia com a demora? O contraventor. Ela prejudica o criminoso. Se eu não tenho prazo para investigar, é ótimo para o investigado, principalmente se ele for culpado. Se o sujeito é detentor de mandato, foi eleito pelo povo, vai passar os quatro anos sendo investigado por um assunto? Alguma coisa está falhando, porque a ideia do Código Penal é que a investigação aconteça em 30 dias.

#### **Então a ideia é tornar as investigações mais céleres?**

Sim, porque, se a investigação for fundamentada, poderá ultrapassar os 12 meses. A autoridade que investiga, ela tem um mandato para cumprir também, e ela tem que prestar contas nisso. Se alguém acha que isso é para intimidar o investigador, imagina que o investigador não tem que prestar contas a ninguém.

#### **Fala-se que emenda seria uma forma de contornar a posição contrária da cúpula do Congresso à anistia ao caixa 2.**

De forma alguma. Eu não só me manifestei contra a anistia, como assinei um requerimento para que qualquer votação sobre esse assunto deveria ser nominal. Isso porque os deputados se reuniram em um movimento de que a votação deveria ser simbólica.

#### **A estipulação de um prazo não dificultaria a atuação da PF e do MPF na investigação de autoridades? A Lava Jato por exemplo, já tem dois anos e oito meses e ainda não finalizou todas as investigações....**

As investigações novas, tem até doze meses e as já iniciadas também. Podendo ser prorrogadas, a depender do caso. Mas, se passar de um ano, vai ter que justificar para um órgão colegiado. Aí não é mais para um juiz só, é para o tribunal. No caso, se for um deputado federal, para o pleno do Supremo Tribunal Federal. Vai lá, justifica e continua. Agora, tem que ter uma justificativa. Até porque, se terminar uma investigação e ainda restam dúvidas, pode abrir outra investigação.

“Quem se beneficia com a demora? O contraventor. Se eu não tenho prazo para investigar, é ótimo para o investigado, principalmente se ele for culpado.”

Espiridião Amin, deputado federal (PP-SC).

## **Eles insistem na impunidade**

29 NOV 2016

**A** coletiva convocada pelo presidente Michel Temer no fim de semana, depois da enorme pressão da opinião pública, pode ter colocado um fim na gambiarra dos parlamentares que pretendiam aprovar a anistia ao caixa dois na Câmara dos Deputados. Mas a palavra de Temer — e dos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) — tem de ser encarada com aquele ceticismo típico de São Tomé: é preciso ver para crer. E, ainda por cima, a promessa não coloca o país a salvo de novas investidas contra a Operação Lava Jato e contra o sistema investigatório e punitivo brasileiro. Há em curso uma nova tentativa para salvar os políticos envolvidos nesse e em outros amplos esquemas e que, apesar da reação da sociedade ao papelão de quinta-feira passada, pode ser incluída nesta terça-feira na votação das Dez Medidas Contra a Corrupção.

Sob o argumento de que ficam muito expostos e sofrem desgaste perante a população, os deputados articulam a volta da “emenda Amin”, uma proposta de limitar a duração de investigações de crimes praticados por políticos eleitos e que, se aprovada, vai dificultar operações como a Lava Jato. Como o prazo seria de apenas seis meses, prorrogáveis por outros seis, todo o esforço das autoridades para desvendar crimes complexos como o esquema do petrolão poderia se tornar inútil, favorecendo corruptos e contribuindo para a degradação das instituições.

Afinal, a maior operação contra a corrupção já deflagrada neste país caminha para completar três anos e ainda não concluiu os inquéritos envolvendo autoridades. Se a “emenda Amin” fosse aplicada à Lava Jato, muitos dos políticos envolvidos poderiam se safar — o

Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou, em março do ano passado, abertura de investigação contra 22 deputados federais, 12 senadores e um vice-governador, mas até agora, passado mais de um ano e meio, não houve conclusão da maioria dos inquéritos. Não bastasse a justificativa equivocada — afinal, a exposição é um ônus inerente à vida pública e precisa ser suportada por aqueles que decidem seguir carreiras políticas —, é inadmissível a implantação de medida que certamente vai gerar impunidade.

Mas a ressurreição da “emenda Amin” — que chegou a ser incluída durante a tramitação do projeto das Dez Medidas na comissão especial, mas foi retirada posteriormente — não é a única artimanha dos promotores da impunidade em causa própria. Eles recorrem também à chantagem pura e simples. Um parlamentar disse à reportagem da **Gazeta do Povo** que há pressões e ameaças: caso não votassem em favor das raposas, deputados sem relação com esquemas de corrupção seriam incluídos nas delações premiadas dos colegas que fossem pegos. A reputação dos delatados ficaria manchada e, até serem inocentados, o estrago já estaria feito. Claro, é uma estratégia arriscada, pois o delator precisa comprovar o que diz para conseguir os benefícios associados à colaboração; mas pode-se esperar qualquer coisa de quem já tentou manobras como incluir a anistia explícita no projeto das Dez Medidas.

**CONTINUA**

29 NOV 2016

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

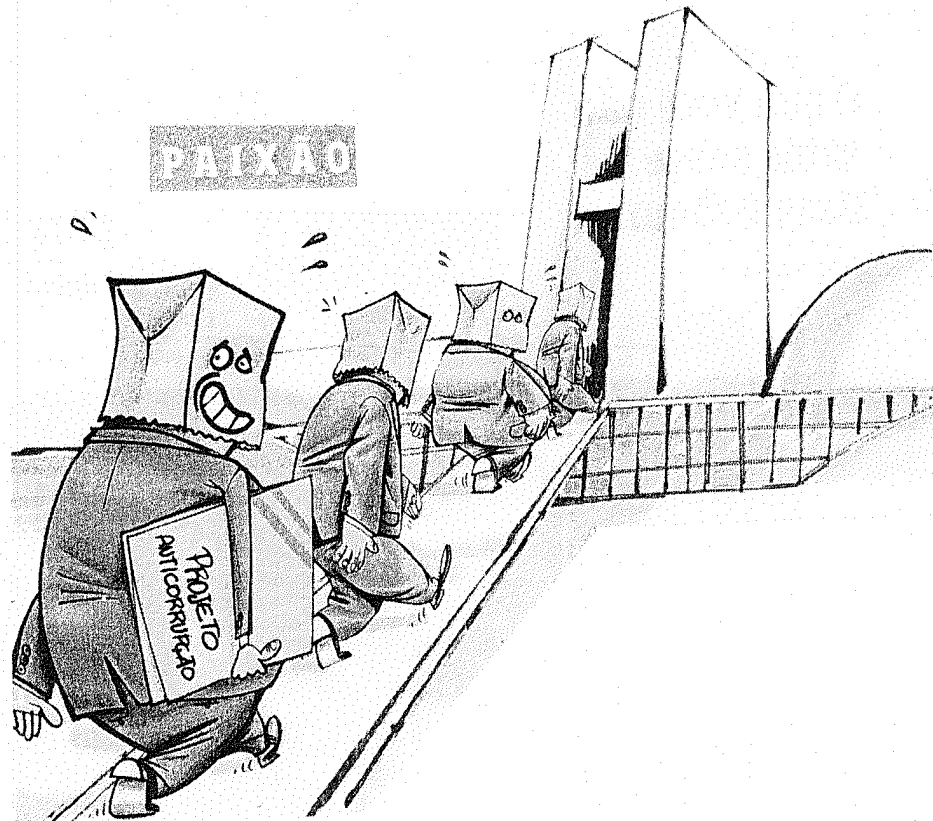
A mobilização da semana passada, que uniu a sociedade e os deputados comprometidos com a lisura na política, tem de continuar. As artimanhas que vêm sendo gestadas nos bastidores do Congresso Nacional soam ainda mais infames. De nada adianta o presidente da República e os dois chefes do Legislativo federal virem a público e assumirem um compromisso contra “qualquer proposta que vise à chamada anistia”, como afirmou Temer, se estiverem de acordo com outros acintes igualmente imorais e intoleráveis.

Somente uma má compreensão sobre a intensidade e o conteúdo da “voz das ruas” irá permitir que essa medida ultrajante, assim como outras que vêm sendo discutidas no Congresso, sejam aprovadas. Os parlamentares parecem não ter se dado conta da gravidade da crise política e econômica que o país está vivendo. Mas, se eles não a perceberem por conta própria, a sociedade fará questão de deixar isso bem claro.



29 NOV 2016

# GAZETA DO POVO



# 29 NOV 2016

## GAZETA DO POVO

**Olho vivo**

### CELSO NASCIMENTO

#### **MARAJÁS 1**

A campanha que levou Fernando Collor à Presidência, em 1989, batia insistentemente na tecla de que seria um "caçador de marajás" – servidores públicos que ganhavam exorbitâncias. Dois anos depois, Collor estava deposto e os marajás continuaram se multiplicando. Agora, 27 anos depois, a missão de caçar marajás caiu nas mãos do senador Roberto Requião, relator da comissão encarregada de investigar casos de servidores que ganham acima do teto máximo constitucional, isto é, R\$ 33,7 mil mensais, usufruído pelos ministros do STF.

#### **MARAJÁS 2**

O próprio Requião ganha, como senador e governador aposentado, quase o dobro deste limite – mas o importante para ele é dar conta da missão que recebeu do presidente Renan Calheiros de constranger juizes e promotores que o perseguem e perante os quais já responde por 12 processos que tramitam no Supremo.

#### **MARAJÁS 3**

E ontem, no Paraná, o deputado Tadeu Veneri (PT) subscreveu requerimentos para também descobrir a eventual existência de marajás estaduais. Ele se dirigiu aos Tribunais de Justiça e de Contas, ao Executivo e à própria Assembleia. Quer nomes e por quais razões os superassalariados recebem seus proventos mais altos.

### REINALDO BESSA

#### **IAP faz lobby contra Caixa 2**

O presidente do Instituto dos Advogados do Paraná (IAP), José Lucio Glomb, enviou correspondência aos 81 senadores e 513 deputados federais manifestando a posição contrária do órgão à aprovação do projeto de lei que anistia o Caixa 2. "A anistia é inaceitável e o Instituto dos Advogados do Paraná pede a Vossa Excelência que tome uma posição contrária a ela, pois este é o sentimento geral da população brasileira. Assim, se estará agindo na mais alta representação popular", diz um trecho da mensagem encaminhada aos parlamentares na última sexta-feira. Ontem, o senador Alvaro Dias (PV-PR) respondeu dizendo que a anistia ao Caixa 2 não contará com o seu apoio.

#### **Justus emplaca filho na Cohab**

A informação é extra-oficial. O novo presidente da Cohab na gestão de Rafael Greca deverá ser o jovem advogado Nelson Justus Filho, filho do deputado e ex-presidente da Assembleia Legislativa Nelson Justus (DEM). Justus estaria preparando sua sucessão na política e abrindo caminho para o filho.